



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1001071-44.2018.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**
Embargante: **Celso Lopes**
Embargado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Cuida-se de embargos à execução opostos por **Celso Lopes**, em face de **Banco Bradesco S/A** com pleito de tutela de urgência. Sustenta a ilegalidade da cobrança de juros capitalizados mensais. Requer: a) a antecipação dos efeitos da tutela para que não seja dada publicidade pelos órgãos de proteção ao crédito das informações constantes de seus cadastros em nome do embargante; b) a concessão de efeito suspensivo aos embargos; c) a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor; d) a designação de perícia contábil; e) a revisão do contrato nº 325.872, excluindo-se a capitalização diária, para que a capitalização de juros seja anual.

Juntou documentos (fls.10/29).

Foi indeferida a tutela de urgência a fls.37.

O embargado Banco Bradesco S/A, em impugnação de fls.41/59, requer o afastamento da preliminar e a improcedência dos embargos. Alega, em síntese que:

1. a Súmula nº 297 do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento acerca da aplicação do CDC às relações de consumo que envolva entidades financeiras;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

2. O negócio celebrado entre as partes é perfeitamente válido;
3. Trata-se de contrato de adesão, sendo que o embargante anuiu previamente com os encargos cobrados, tanto que exarou sua assinatura;
4. A capitalização de juros é permitida pelo art. 5º da Medida Provisória n. 1963-17, de 31/03/2000, reeditada sob o n. 2.170-36, em 28 de agosto de 2001, desde que expressamente pactuada;
5. A capitalização mensal é admissível nos contratos bancários celebrados após 31 de março de 2000, data da aplicação da primeira Medida Provisória;
6. No caso vertente o contrato foi celebrado após a vigência da Medida Provisória e a pactuação expressa da capitalização mensal de juros decorre do fato do percentual de juros anual ser superior ao duodécuplo da taxa mensal, o que evidencia a contratação do encargo;
7. As cláusulas contratuais contratadas são legais, inexistindo qualquer abusividade ou ilegalidade;
8. Os juros e taxas aplicadas ao contrato estão em harmonia com as resoluções do Banco Central do Brasil;
9. Não há que se falar em afastamento da mora porque o próprio embargante confessa em sua inicial que está inadimplente, portanto é perfeitamente lícita a cobrança dos juros moratórios a partir da data do inadimplemento das prestações, além dos demais encargos decorrentes do inadimplemento;
10. Conforme entendimento pacífico na jurisprudência, a simples discussão das cláusulas contratuais não é o suficiente para afastar a mora;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

11. Com relação à multa por descumprimento da obrigação, há muito já se pacificou o entendimento de que seu valor é de 2% do valor em atraso, não havendo abusividade;

12. Deve ser indeferida a pretensão do embargante no que tange à exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito;

13. Para que se aplique a regra da inversão do ônus da prova, necessários se faz que haja verossimilhança nas alegações do consumidor, bem como deve estar caracterizada a situação de hipossuficiência;

Réplica a fls. 63/65.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decidido.

Julgamento antecipado da lide, a teor do que reza o art. 355, I, do Código de Processo Civil de 2015, porque a prova documental é suficiente para a elucidação do caso em análise. A produção de prova pericial mostra-se desnecessária ao deslinde da lide.

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos bancários por serem as instituições financeiras expressamente definidas como prestadoras de serviços, consoante Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça.

A execução está embasada em Cédula de Crédito Bancário.

A Lei nº 10.913/04, artigo 28, estabelece: “A Cédula de Crédito é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaboradas conforme previsto no parágrafo 2º”.

O parágrafo 2º estabelece: “Sempre que necessário, a apuração



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO CARLOS
 FORO DE SÃO CARLOS
 4ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, representado pela Cédula de Crédito Bancário, será feita pelo credor, por meio de planilha de cálculo e, quando for o caso, de extrato emitido pela instituição financeira, em favor da qual a Cédula de Crédito Bancário foi originalmente emitida, documentos esses que integrarão a Cédula...”.

A esse respeito, ensina HUMBERTO THEODORO JÚNIOR: “A Cédula de Crédito Bancário trata-se de uma promessa de pagamento em dinheiro, representativa de qualquer modalidade de operação bancária ativa, seja abertura de crédito, mútuo, financiamento, desconto, constitui um título executivo que enseja ação de execução e não de conhecimento. Ressalta-se, ainda, que a liquidez que embasa a executividade do título decorre tanto da menção de valor certo no próprio documento como de extrato de conta corrente bancária ou planilha de cálculos emitidos pelo banco/credor, após o inadimplemento da promessa”. (...) “Não há, pois, a menor sombra de dúvida de que a cédula de crédito bancário é título de crédito com força executiva, criado por lei, portanto, típico, que representa direito certo, líquido e exigível por expressa disposição de legal” (em Revista de Direito Bancário, outubro-dezembro de 2003, págs. 13/52).

A petição inicial veio acompanhada de planilha de cálculo (fls.29), tal como determina o parágrafo 2º, do art. 28, da Lei 10.913/04.

Há, destarte, título executivo extrajudicial hábil a promover a execução, em conformidade com o que reza o art. 784, XII, do NCPC.

Nesse diapasão, a Súmula nº 14 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo estabelece: "a cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10.931/04 é título executivo extrajudicial".

O embargante firmou com a instituição financeira contrato de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO CARLOS
 FORO DE SÃO CARLOS
 4ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Cédula de Crédito Bancário (empréstimo pessoal), no valor principal de R\$77.062,15, em 16.05.2017, comprometendo-se ao pagamento de 40 parcelas mensais e consecutivas de R\$3.091,84, cada uma, com taxa de juros mensais de 2,5% ao mês e 34,49% ao ano (fls.24).

A capitalização dos juros em período inferior a um ano apenas é admitida em casos expressamente previstos em lei, como nas cédulas de crédito rural, industrial, comercial e, por força da Lei nº 10.931/04, na cédula de crédito bancário, objeto da presente demanda.

Assim, considerando a possibilidade de capitalização de juros nos casos legalmente autorizados, conclui-se que as instituições financeiras poderão fazê-lo através das cédulas de crédito bancário, porque, no art. 28, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, contém ressalva de que poderão ser pactuados juros sobre a dívida, capitalizados ou não, assim como a periodicidade de sua capitalização.

Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Apelação 1013466-45.2017.8.26.0100. EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - PRELIMINAR – CERCEAMENTO DE DEFESA – Alegação de nulidade da r. sentença por falta de prova pericial – Desnecessária a produção de outras provas, além daquelas já existentes nos autos – Presença dos elementos necessários ao julgamento antecipado da lide – Faculdade do Julgador de assim proceder – Preliminar afastada. EMBARGOS À EXECUÇÃO – TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL – O contrato de desconto de duplicatas assinado por duas testemunhas e acompanhado do demonstrativo de débito constitui título executivo extrajudicial – Preliminar afastada. EMBARGOS À EXECUÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

– **CLÁUSULA DE RECOMPRA – NULIDADE – INEXISTÊNCIA –** Hipótese em que a execução foi aparelhada com **CONTRATO DE DESCONTO – Distinção entre contrato de "factoring" ou fomento em que o risco da ausência do direito de regresso é da essência, apenas, do contrato de factoring e não do contrato de desconto - A principal diferença entre contrato bancário de desconto e contrato de "factoring" está no direito de regresso, na hipótese de inadimplemento pelo terceiro devedor, que não existe na faturização, mas está presente no desconto (entendimento doutrinário e jurisprudencial STJ) – Recurso não provido. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. PERIODICIDADE DIÁRIA - ADMISSIBILIDADE. Lei nº 10.931/2004 - A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada (STJ - RECURSOS REPETITIVOS REsp 973.827 e Súmula 541 STJ) - Sentença mantida. Recurso não provido. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - Impossibilidade de cumulação com juros remuneratórios, juros de mora, correção monetária e multa moratória – (Súmula 294 do STJ) – Hipótese dos autos em que há previsão contratual de cobrança de comissão de permanência, em caso de inadimplência – Sua incidência para o período de inadimplemento é admitida, (Súmula 294 do STJ), desde que não cumulada com juros remuneratórios e limitada a taxa pactuada (Súmula 296 do STJ), impedindo-se também sua cumulação com correção monetária (Súmula 30 do STJ), juros de mora e multa moratória – Recurso parcialmente provido. JUROS CONTRATUAIS - A abusividade dos juros só se reconhece quando há discrepância substancial entre a taxa praticada e o dobro ou o triplo da média de mercado para operações similares, apurada pelo Banco Central do Brasil – Ausência de limitação de**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 COMARCA DE SÃO CARLOS
 FORO DE SÃO CARLOS
 4ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

juros (Súmula 382 STF) recurso não provido. PRELIMINARES AFASTADAS - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSP; Apelação 1013466-45.2017.8.26.0100; Relator (a): Roberto Mac Cracken; Órgão Julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 24ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/05/2018; Data de Registro: 11/05/2018).

E ainda:

PRELIMINAR – Cerceamento de defesa, em razão da não realização de prova pericial contábil – Inocorrência – Provas dos autos aptas ao julgamento da causa - Regularidade das cláusulas contratuais demanda análise exclusiva de teses de direito, reiteradamente afirmadas pelo Judiciário. EMBARGOS À EXECUÇÃO – Cédula de Crédito Bancário que constitui título executivo extrajudicial, preenchendo os requisitos da certeza, exigibilidade e liquidez – Súmula 14 do TJSP – Súmula 233 do STJ inaplicável ao caso – Juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indicam abusividade - Cobrança de capitalização de juros devidamente contratada - Possibilidade - Precedentes do STJ, em Recurso Repetitivo - Art. 543-C, do CPC - Valor do débito que foi, desde a assinatura do contrato, ajustado em parcelas fixas - Inteligência das Súmulas 539 e 541, do STJ – Embargos improcedentes – Recurso improvido. (TJSP; Apelação 1021893-86.2017.8.26.0114; Relator (a): Lígia Araújo Bisogni; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 09/05/2018; Data de Registro: 09/05/2018).

No caso presente, a capitalização dos juros foi expressamente pactuada (cláusula 3.1, fls. 24), sendo que o embargante teve ciência das taxas cobradas e, ainda que assim não fosse, a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

Nesse sentido, decidiu o STJ por ocasião do julgamento do Recurso Repetitivo nº 973.827/RS (2007/0179072-3), Relatora MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, que passou a admitir a cobrança de capitalização de juros em intervalo inferior ao anual, nos contratos bancários firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob nº 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada. E, para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, admitiu a tese de que a contratação da capitalização de juros deve ser clara, expressa, precisa e ostensiva, ou seja, as cláusulas devem ser compreensíveis plenamente, ou, que a simples previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

De se anotar, ainda, que o valor fixo das prestações está expresso no contrato, não podendo o consumidor alegar surpresa quanto aos valores fixos, inalteráveis, das 40 prestações que se comprometeu a pagar.

Verifica-se, destarte, que o embargante pretende alterar o contrato, reduzindo a taxa efetiva de juros, usando como argumento que a instituição financeira teria lhe cobrado juros capitalizados.

É bastante clara a contratação como foi feita.

Não procede, ainda, o pedido de afastamento da mora, pois esta está configurada com o inadimplemento do contrato.

Diante do exposto, julgo improcedentes os embargos.

Sucumbente, condeno o embargante ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor da causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 14 de maio de 2018.